

# Os Reflexos do 25 de Abril no Mundo do Trabalho

– Mariana Calisto

## Resumo

Ao longo deste artigo, vão ser abordados diversos temas que tudo têm a ver com o mundo laboral nos últimos momentos da Ditadura, assim como a reação de empresas, sindicatos e trabalhadores no pós-25 de abril, nomeadamente nos últimos dias de abril e nos meses de maio, junho e julho.

Este estudo fará uma breve reflexão sobre todo o tipo de reivindicações, entre as quais, as greves, manifestações e cadernos reivindicativos, assim como os temas abordados em assembleias e reuniões agendadas pelas empresas e sindicatos.

Num segundo momento, este artigo vai dar mais ênfase aos principais sindicatos do distrito do Porto e ao papel detido pela Intersindical.

Para isso, o artigo debruça-se na análise de um dos principais jornais diários portuenses da época: *O Comércio do Porto*. Foram matéria de análise desta fonte hemerográfica os meses entre abril e julho de 1974.

**Palavras-chave:** Ditadura; 25 de abril; sindicatos; reivindicações; liberdade.

## Abstract

During this article, it will be addressed many issues about the working world in the last moments of Dictatorship, as well as the reaction of the enterprises, national unions and workers after april 25, namely in the last few days of april and the entire months of May, June and July.

This study will make a brief reflection about every type of claims, including strikes, manifestations and vindicating notebooks, as well as themes talked at the councils and meetings scheduled for enterprises and unions.

In a second moment, this article will give more importance to the main unions of Oporto district and the function of Intersindical.

For this, the article has an important review of the one of most important local journal of that time: *O Comércio do Porto*. The analysis is about the months between April and June of 1974.

**Keywords:** Dictatorship; April 25; unions; claims; freedom.

## Introdução

O 25 de abril é uma matéria incontornável da História de Portugal. Como tal, é importante perceber os diferentes prismas que despoletaram a mais famosa Revolução contemporânea lusa.

O presente artigo compromete-se a mostrar o lado laboral da Revolução, isto é, o que estava errado no seio trabalhista e quais eram as principais desavenças entre patronato e trabalhadores, ainda durante a época repressiva, mais propriamente, a partir de 1968. Para além disso, é importante saber qual era o papel dos sindicatos em finais da ditadura e se houve algum contributo por parte dos mesmos para a existência da Revolução. Este estudo tenta, ainda, esclarecer em que consistiram as principais mudanças no imediato pós-25 de abril no mundo do trabalho, dando especial foco à cidade do Porto, incluindo empresas e sindicatos e, também, qual foi a reação de todos os trabalhadores quando se viram libertos da clausura a que foram sujeitos durante quase meio século.

Num segundo momento, o objetivo desta investigação passou por observar, de forma algo pormenorizada, as movimentações e alterações laborais que se deram em diversas empresas e sindicatos, analisar a sua ocorrência e frequência e verificar as principais reivindicações para assim poder concluir o que, para os trabalhadores, estava errado antes da Revolução acontecer, o que fizeram para mudar esta realidade e o que conseguiram alterar.

Esta temática tem sido um pouco marginalizada ao longo dos anos, sendo que poucos trabalhos foram realizados e, os que foram, tiveram uma abordagem mais social e menos histórica.

Para que o propósito desta investigação fosse possível de realizar, foi imprescindível dar especial atenção ao jornal *O Comércio do Porto* que, durante todo este processo, foi a principal fonte de informação e foi o material que permitiu que este trabalho obtivesse resultados mais explícitos e mais claros, para além de que grande parte das informações contidas neste artigo, só tenham sido possíveis de alcançar com os dados que foram fornecidos pelas notícias retiradas do jornal.

De entre todos os temas que este trabalho permitiria abordar e após ser feita a análise documental da imprensa da época, a investigação incidiu em primeiro lugar e, seguindo uma linha temporal coesa, sobre as mudanças sindicais ocorridas nos últimos seis anos de ditadura, já com Marcelo Caetano no poder, em segundo lugar, quais foram as principais formas de luta dos trabalhadores, entre elas, greves, manifestações,

apresentação de cadernos reivindicativos e funções sindicais e, ainda, o papel da Intersindical nesta época (abril a julho de 1974), tocando ainda noutros pontos também relevantes para a formação de uma conclusão.

## 1. O Pré-25 de abril

Nesta primeira parte, o artigo debruçar-se-á sobre o período de instabilidade que se viveu nos anos anteriores ao 25 de abril, de uma forma mais generalizada, para que se compreendam os motivos que levaram à existência de uma rebelião.

A instabilidade fez-se sentir alguns anos antes de deflagrar a Revolução. A partir dos anos 70 do século XX, a Guerra Colonial trouxe uma série de preocupações para o interior de Portugal. Uma das mais graves consequências para o mundo laboral não só português, mas de norte a sul do país, foi o surto de emigração que houve no início da década já mencionada e a quantidade de homens que foram forçados a ir combater na guerra do ultramar. Como consequência mais flagrante deste surto, começou a haver escassez de mão de obra nas fábricas.

Devido ao perfil imperialista do governo, uma época de enorme inflação eclodiu, principalmente entre 1969 e 1971. Esta inflação atingiu tanto países dependentes, como Portugal em si. Dentro de Portugal, houve uma clara subida dos preços de serviços e das matérias primas vindas de fora. Estes e outros fatores pioraram as dívidas de forma progressiva, a juntar ainda o facto de o nível de vida estar cada vez mais elevado, já que os preços não paravam de aumentar e, por outro lado, não havia qualquer indício de aumentos salariais.

Podemos apontar como característica dominante das numerosas lutas então travadas a *reivindicação salarial*, reforçada pelo recurso à *greve de luta* que forçosamente haviam de se destacar num país onde o aumento alarmante do custo de vida, a par dos baixos salários praticados, torna fundamental a exigência de aumentos salariais e onde a própria proibição.<sup>1</sup>

Perante este cenário, surgiu uma luta por parte da classe trabalhadora cujo salário já não era suficiente para a sua subsistência. A principal exigência passava pelo aumento dos salários, como já foi referido no parágrafo antecedente, contudo os

---

<sup>1</sup> Maria de Lourdes Lima dos Santos; Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, "As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político", *Análise Social*, 42-43 (1975): 275.

governantes nunca esconderam que se previa um aumento ainda maior dos preços, ao mesmo tempo que nunca garantiram um aumento salarial.

O cenário era de pobreza, fome e atraso a todos os níveis relativamente ao resto da Europa, principalmente no que às classes mais desfavorecidas diz respeito. As despesas advindas da Guerra Colonial impediram os investimentos públicos na metrópole nos diferentes setores: saúde, educação, formação profissional, habitação, infraestruturas e transportes.

Os anos que antecedem a Revolução dos Cravos foram cruciais na mobilização global de massas que se traduziu em mais greves e conflitos do que se possa imaginar.

A verdade é que, como greves e manifestações eram proibidas durante o Estado Novo, não havia assuntos de relevância laboral para o jornal publicar. Por outro lado, o próprio jornal estava sujeito a ser repreendido se escrevesse mais do que lhe era permitido.

A partir de finais de 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação cuja importância, no entanto, não foi apercebida por grande parte da população, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter sobre tal assunto.<sup>2</sup>

## **2. A Luta da Classe Operária**

A verdadeira batalha dos trabalhadores foi enfatizada no final dos anos 60, altura em que Américo Tomás, Presidente da República, decide colocar Marcelo Caetano no lugar de António de Oliveira Salazar após a queda de uma cadeira que lhe provocou graves ferimentos cerebrais (1968). Esta luta, que aconteceu pelos motivos já explicitados, tornou-se mais aguerrida no final da década e só foi possível devido à participação da burguesia na tentativa de neutralizar os interesses da classe operária, acabando por implementar novos processos de gestão da luta de classes, dando um apoio importante aos trabalhadores. Estes processos incutiram a participação das massas trabalhadoras e tinham como principais pontos

o recurso à regulamentação da contratação coletiva, através da qual o Governo e o patronato procuram deter os efeitos de alargamento e do maior grau de consciencialização da luta dos trabalhadores, na origem dos quais estão fatores como a aceleração da industrialização e da concentração do capital, acompanhada do agravamento da inflação, da redução da mão de obra causada pela emigração e

---

<sup>2</sup> Santos; Lima e Ferreira, "As Lutas", 275.

mobilização militar e do aumento da concentração operária.<sup>3</sup>

Estes processos de gestão, apesar de existentes em todo o país, destacaram-se nas duas grandes cidades portuguesas: Porto e Lisboa.

A burguesia anteriormente destacada estava dividida em duas fações, divisão esta que acabou por gerar alguma discórdia: um grupo mais reacionário, tendo mais em comum com uma burguesia não monopolista, para a qual, não seria favorável uma situação de abertura e também, incapaz de satisfazer algumas exigências da classe trabalhadora de carácter monetário; e um segundo grupo com o intuito de conseguir concretizar algumas mudanças no seio trabalhador, este último grupo detentor de capital.

A luta dos operários nunca foi segredo para ninguém, mas a verdade é que, como greves e manifestações eram proibidas durante o Estado Novo, não havia assuntos de relevância laboral para o jornal publicar. Por outro lado, o próprio jornal estava sujeito a ser repreendido se escrevesse mais do que lhe era permitido.

A partir de finais de 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação cuja importância, no entanto, não foi apercebida por grande parte da população, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter sobre tal assunto.<sup>4</sup>

Como já foi referido neste trabalho, pode-se verificar a grande diferença que existe na divulgação de acontecimentos antes e depois do 25 de abril, sendo que a partir dessa data, a maioria das greves são notícia.

### **3. A Intervenção do Governo nos Sindicatos Antes da Revolução**

Quando Marcelo Caetano ascendeu ao cargo que até então pertencia a António de Oliveira Salazar, desde logo procedeu a reformas laborais, apesar de nunca ter escondido a sua fidelidade à política de trabalho seguida pelo seu antecessor. Estas mudanças constituíram um dos aspetos mais importantes da “liberalização” do Estado Novo. É de destacar a reforma da “revisão da legislação relativa aos sindicatos e a revisão do regime jurídico das relações coletivas de trabalho”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Santos; Lima e Ferreira, “As Lutas”, 275.

<sup>4</sup> Santos; Lima e Ferreira, “As Lutas”, 275.

<sup>5</sup> José Barreto, *A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal. (1968-1990)*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade de Lisboa, 1991), 76.

A juntar a estas reformas, não pode deixar de se destacar o clima social então vivido após esta brecha dada pelo novo ditador, que fez crescer as expectativas dos sindicatos e das empresas, Marcelo Caetano pretendia apressar as reformas, pois não queria desiludir as pessoas que tantas expectativas colocaram no novo sucessor. Marcelo, que tinha subido ao poder em setembro de 1968, concluiu as reformas ainda antes do final do ano.

Estas reformas instauram um quadro legal totalmente novo, contudo, este pode ter sido interpretado com uma certa ambiguidade: alguns entenderam como uma forma de liberalizar e tornar os sindicatos mais independentes, e outros, interpretaram de forma mais restritiva.

As reformas feitas por Marcelo Caetano já eram desejadas pela ala reformista do regime desde as décadas anteriores (50 e 60). Ressalve-se que das mais importantes mudanças, destacavam-se as seguintes:

a abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação coletiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos coletivos de trabalho.<sup>6</sup>

Começando por esclarecer em que consistia a nova lei sindical, esta tinha como objetivos “o fortalecimento dos sindicatos e uma menor interferência do governo na sua vida interna e na sua atividade”.<sup>7</sup>

Na nova lei sindical, o governo perdia o poder de destituir ou suspender as direções sindicais. A partir do momento em que esta entra em vigor, é o tribunal que detém o poder para tomar este tipo de decisão.

Por outro lado, da lei das relações coletivas de trabalho já mencionada, destaca-se a obrigatoriedade de negociar com prazos limitados para todas as fases de negociação. Isto significa que, a partir deste momento, qualquer sindicato era livre de iniciar um processo de negociação e apresentar um contrato coletivo de trabalho. Sublinha-se que “o objetivo fundamental era a dinamização da negociação, submetendo-a a uma tramitação obrigatória e imprimindo uma certa celeridade ao seu processo”.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Barreto, “A Formação”, 77.

<sup>7</sup> Barreto, “A Formação”, 79.

<sup>8</sup> Barreto, “A Formação”, 79

Agora, a iniciativa de negociar e a elaboração das convenções coletivas passavam a ser da responsabilidade dos sindicatos ou empresas, acabando por, progressivamente, diminuir intervenção do Estado nestes assuntos.

As duas reformas pretendiam, de facto, diminuir a intervenção estatal no seio sindical e nas suas atividades internas. Isto iria favorecer o aparecimento de sindicatos mais fortes e unidos.

Mas o governo conservava, também, fortes poderes de controlo e intervenção direta, como a aprovação dos estatutos dos sindicatos e suas alterações, a orientação e fiscalização permanente das contas dos sindicatos, o controlo burocrático das receitas e das despesas de aquisição de bens...<sup>9</sup>

O poder de dissolução de sindicatos não mudou por completo, tendo sido apenas transferido para o Conselho Corporativo.

Para além deste controlo, havia ainda uma acesa diligência à volta dos sindicatos, para garantir a vigilância da atividade sindical. “Todos os corpos policiais, e não apenas a PIDE/DGS, tinham os sindicatos debaixo de olho, mantendo o governo de Caetano informado com grande regularidade e pormenor”.<sup>10</sup>

Toda esta aparente liberdade veio a ser diminuída ao longo dos seis anos seguintes através dos diversos tipos de controlo já destacados, que vieram a sofrer alterações. Apesar de na época da Primavera Marcelista se ter aberto uma brecha para os sindicatos crescerem, a verdade é que as leis estavam “cobertas” de precauções governamentais que as tornavam condicionadas. Este controlo foi crescendo ao longo dos anos, sendo que, em 1974, o governo já tinha intenções de regulamentar tudo aquilo que tinha libertado nos anos anteriores.

Para além disto, toda esta mudança veio a ter duas consequências inesperadas para o autor das mesmas.

Ao nível social provocou um enorme surto de greves que, se bem que tenha começado ainda antes de serem tornados públicos os decretos reformistas, tem a grande novidade de contar com a participação de classes médias [...], ao mesmo tempo que aumentava a agitação estudantil...<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Barreto, “A Formação”, 84

<sup>10</sup> Barreto, “A Formação”, 85.

<sup>11</sup> Hélder Miguel Marques, “O Movimento Sindical Durante o Estado Novo: Estado Atual da Investigação”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3ª Série, 8 (2007): 311.

## 4. Principais Formas de Luta dos Trabalhadores

Nesta segunda parte do artigo, este irá circunscrever-se apenas ao distrito do Porto. Aqui, foi feita uma análise ao jornal portuense com mais destaque da época, *O Comércio do Porto*, com o objetivo de perceber a regularidade das greves, manifestações e reuniões praticadas por empresas e sindicatos nos meses seguintes à Revolução.

Em teoria, este estudo abrange o espaço de tempo entre 1 de abril e 31 de julho de 1974, contudo, segundo o jornal que serviu de apoio a todo o artigo, entre dia 1 e dia 25 de abril existem apenas 4 notícias relativamente a sindicatos e empresas, todas elas apenas a convocar reuniões e assembleias gerais.

### 4.1. As Greves

Em 1969, as greves eram uma realidade em Portugal, mesmo que de forma ilegal e começavam a acontecer de forma expressiva, no que a números diz respeito. Contudo, Marcelo Caetano rejeitou-se sempre a legalizar a greve, porque fazer isso seria “encorajá-la, proporcionado assim aquilo que ele mais procurava evitar: a sua utilização como «arma política»”.<sup>12</sup>

Apesar de haver conhecimento da existência de greves que se efetuaram ao longo de todo o país no pós-25 de abril, este estudo apenas se poderá basear nos dados retirados do jornal *O Comércio do Porto*, devido a alguma falta de informação específica acerca do assunto no que se refere ao distrito do Porto, especificamente.

Na análise documental que foi feita da imprensa da época, verificou-se que as greves surgiram como resultado de movimentos espontâneos dos trabalhadores com suspensão parcial ou completa do trabalho ao nível da empresa.

Neste periódico, há oito notícias concernentes a greves, no entanto o número de acontecimentos é menor, sendo quatro, isto é, o jornal só dá a conhecer ao leitor a existência de quatro greves no período que vai desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho, em que apenas uma ocorreu em maio e as restantes três no mês de junho.

Porém, entende-se que esta amostra não faz jus à realidade, pois sabe-se que entre 12 de maio e 8 de junho ocorreram cerca de 150 greves, metade das greves que foram feitas em 1974. Para além destas, houve greves que “ficaram pelo caminho” pois os dirigentes sindicais não permitiam e não compactuavam com estas paralisações.

---

<sup>12</sup> Barreto, “A Formação”, 89.

Perante este cenário, conclui-se que o Porto, com toda a certeza, não teve apenas quatro greves na baliza temporal aqui estudada.

A primeira notícia que surgiu n' *O Comércio do Porto* de uma greve aparece, apenas, no dia 17 de maio e é feita pelas operárias da empresa «Rolsol».<sup>13</sup> O motivo desta greve deveu-se ao facto de o patrão não ter satisfeito a sua petição que consistia no afastamento de uma mestra da primeira linha, pois consideravam que esta abusava do poder que lhe era cedido, castigando as empregadas sem motivo aparente. A situação resolveu-se ainda ao longo do primeiro dia de greve com o pedido de demissão da mestra em causa.

Após esta greve, só é conhecida outra após quase um mês (dia 13 de junho). Esta é feita pelos pescadores da sardinha, pois não foi prestada atenção ao caderno reivindicativo apresentado no passado dia 25 de maio.<sup>14</sup>

No dia 19 de junho ocorre uma greve numa outra empresa.<sup>15</sup> Esta foi feita por trabalhadores da empresa Betão «Liz» que frisaram desde início que esta não era uma greve com o objetivo de obter um aumento salarial, mas sim, pretendiam que fossem afastados da chefia três agentes técnicos que anteriormente tinham despedido pessoas sem justa causa e onde também havia um clima de incerteza de trabalho no que respeita a condições de segurança, isto é, houve casos de viaturas com excesso de carga, pneus carecas e ainda chapas de matrícula trocadas para fugir aos impostos. Assim sendo, os trabalhadores manter-se-iam em reunião até se tomar a devida resolução da questão a seu entender. No dia seguinte, o jornal publica outra notícia com os mais recentes desenvolvimentos desta greve, e dá a conhecer ao leitor que os três agentes técnicos foram afastados dos seus cargos (como tinha sido reivindicado no dia anterior) e os trabalhadores retomaram o seu trabalho após dois dias de paralisação.<sup>16</sup> O afastamento de administradores foi muito comum nos dias posteriores à queda da ditadura. Houve, de imediato, uma série de acusações sobre corrupção e ligações ao antigo regime por parte das administrações empresariais, tanto públicas como privadas. Calcula-se que até ao final de maio mais de mil administradores tenham sido banidos dos seus cargos.<sup>17</sup>

No dia 19 de junho *O Comércio do Porto* publica ainda outra notícia de uma

---

<sup>13</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 134.

<sup>14</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 10.

<sup>15</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 15.

<sup>16</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 16.

<sup>17</sup> Barreto, "A Formação", 217.

greve, esta feita pelos «CTT».<sup>18</sup> Há a informação de que já era o segundo dia de greve. Aqui, só foram servidas refeições na cantina ao pessoal que se encontrava em greve, como forma de chamar a atenção daqueles que nela não participaram. Na Estação Central de Porto, o espírito de disciplina era inquebrável. Apesar de tudo, esta primeira notícia de greve não é muito elucidativa, pois não se compreendem os motivos para este acontecimento. Dois dias depois desta notícia é publicada outra cujo título é “*Terminou a greve dos CTT*”.<sup>19</sup> Esta culminou porque o governo iria satisfazer a tabela de salários proposta pelo conselho de gerência e, aqui sim, já se compreende que o motivo da greve eram os aumentos salariais. Num comunicado feito pelo governo surgiu uma contraproposta que concederia um aumento mensal de 100 escudos nos cinco níveis mais altos e 80 escudos no sexto nível. Mas, na verdade, esta contraproposta não satisfaz a maioria dos trabalhadores.

No dia seguinte, 22 de junho, é divulgada uma outra notícia acerca desta greve, que terminara no dia anterior, em que se destaca o facto de a maioria dos trabalhadores dos «CTT» não estar disposta a aceitar o aumento que lhes foi oferecido, como já tinha sido referido na notícia precedente.<sup>20</sup> Há ainda o relato de represálias que foram feitas aos funcionários pela atitude que assumiram durante o período greve, querendo proceder ao saneamento destes.

Para terminar este período grevista dos trabalhadores dos «CTT», a última notícia publicada relativa ao tema é do dia 24 de junho,<sup>21</sup> que inclui afirmações do Ministro Álvaro Cunhal, que afirmou que esta greve foi inútil e prejudicial aos trabalhadores. Acrescenta ainda que algumas das reivindicações eram irrealistas e que o objetivo dos trabalhadores não era o melhoramento das suas condições de vida, mas sim a paralisação de um serviço fundamental para a vida do país.

Esta maré de greves espontâneas foi muito difícil de controlar e os diferentes partidos batalharam para tentar parar os trabalhadores insatisfeitos.

De facto, a fonte de informação *O Comércio do Porto* peca por escassez no que a greves de trabalhadores diz respeito. Conclui-se, de forma explícita, que o periódico em causa não dá qualquer ênfase às greves existentes durante a barreira temporal que este artigo alberga.

---

<sup>18</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 15.

<sup>19</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 17.

<sup>20</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 18.

<sup>21</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 19.

Não se pode negar que o surto de greves que hoje se sabe que existiu no imediato pós-25 de abril não está aqui patente e esta análise não traduz a realidade da época, sendo que o Porto era uma das principais cidades do país, parece ilógica a existência de só quatro greves.

## **4.2. As Manifestações**

Tal como aconteceu no ponto anterior, o jornal que foi analisado ao longo desta investigação não dá ênfase às manifestações. Foram publicadas apenas cinco notícias que dão conta de manifestações e que têm diversos motivos. Na origem da paralisação do trabalho está o pedido de saneamento dos corpos gerentes das empresas, a readmissão dos empregados despedidos sem justa causa e as reivindicações dos trabalhadores. No entanto, ao contrário das greves e, como se verificará de seguida, as manifestações têm maior expressão no mês de julho, onde, num total de cinco, existem quatro.

A primeira ocorrência de uma manifestação é do dia 10 de maio e pertence ao Sindicato Nacional dos Telefonistas do Distrito do Porto,<sup>22</sup> onde o principal objetivo desta paralisação foi proceder à substituição dos atuais dirigentes. Os trabalhadores promoveram uma reunião onde se pedia que a chave do sindicato lhes fosse entregue. Esta manifestação não foi pacífica, na medida em que há notícia do aparecimento da polícia militar para serenar os ânimos.

Foram precisos exatamente dois meses de intervalo para que uma nova manifestação fosse noticiada.<sup>23</sup> Os trabalhadores da função pública concentraram-se em alguns milhares junto do Quartel General, após terem-se juntado em frente à Câmara Municipal. A manifestação não foi enquadrada por qualquer entidade sindical, partindo a iniciativa das pessoas que contestam o anunciado pelo ministro da Coordenação Económica sobre o reajustamento de vencimentos.

Passados quinze dias (25 de julho) há uma outra manifestação de trabalhadores.<sup>24</sup> A Comissão Diretiva convidou todos os profissionais da indústria hoteleira a participar numa manifestação que visa apoiar o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório para demonstração inequívoca da unidade dos trabalhadores.

---

<sup>22</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 127.

<sup>23</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 32.

<sup>24</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 47.

Logo no dia seguinte, 26 de julho, convocaram-se todos os trabalhadores de seguros para a manifestação junto das instalações Mutual onde permanecem em greve os trabalhadores daquela empresa.<sup>25</sup>

Por fim, no dia 27 de julho, e fazendo interligação com a notícia anterior, um numeroso grupo de trabalhadores de diversas companhias de seguros realizaram uma grande manifestação de apoio aos seus colegas daquela empresa que, já há algum tempo, se encontravam em greve.<sup>26</sup> Na origem da paralisação de trabalho está o caderno reivindicativo dos profissionais de seguros da Mutual. Estes mostravam-se intransigentes no que respeitava ao imediato saneamento da empresa, à readmissão de uma empregada despedida sem justa causa e ainda a alguns outros pontos. Entretanto, em reunião do sindicato, os trabalhadores das várias companhias resolveram paralisar a atividade durante trinta minutos como medida de apoio e solidariedade aos camaradas da Mutual.

É um facto que as manifestações aumentaram a partir do mês de julho, como já foi dito, ou seja, se esta investigação abrangesse os meses seguintes a julho muito provavelmente ir-se-ia assistir a um aumento do número de notícias relativas a esta forma de luta.

Em suma, tanto as notícias respeitantes a greves como a manifestações ficam aquém das expectativas. No período estudado seria de esperar que a imprensa desse mais destaque a este género de lutas laborais. O direito à greve só veio a ser consagrado na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976.

### **4.3. Cadernos Reivindicativos**

O que foi dito anteriormente não é válido para a apresentação de cadernos reivindicativos. Na verdade, e baseando-me essencialmente na imprensa portuense, esta revela ser a principal forma de luta dos trabalhadores, existindo um grande número de notícias acerca desta temática. Na verdade, a rejeição das exigências feitas nestes cadernos reivindicativos por parte da entidade patronal é que culminavam em greves e manifestações.

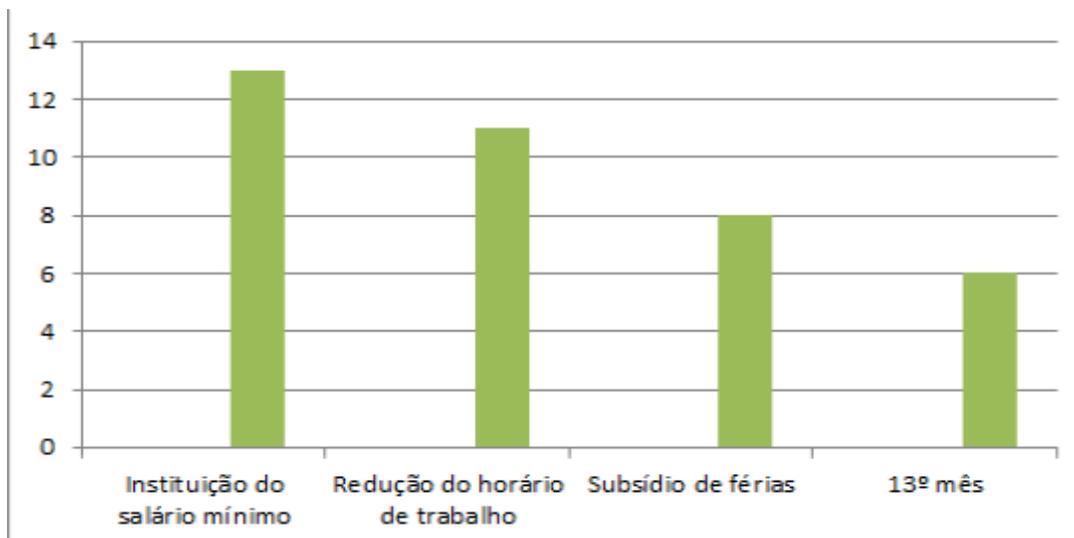
Ao longo dos meses estudados foi possível encontrar um total de 49 reivindicações diferentes, no entanto este trabalho só terá como objetivo focar as principais e mais frequentes.

---

<sup>25</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 48.

<sup>26</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 49.

**Gráfico 1.** Principais Reivindicações dos Trabalhadores



Fonte: BMP, *O Comércio do Porto*, abril a julho de 1974.

Um exemplo paradigmático daquilo que eram os pedidos mais usuais por parte dos trabalhadores, ou seja, os pontos em que se encontravam mais insatisfeitos, refletiu-se na seguinte notícia:

Reivindicações: Salário mínimo de 6.000\$00; 13º mês; subsídio de férias; 14º mês (Páscoa); 25% para o pessoal em regime de turnos; 40 horas de trabalho sem acabar com o trabalho em dias de folga bem como as horas extra sistemáticas; obrigatoriedade de aposentação àqueles que atingem a idade limite da reforma; os reformados também usufruem de aumentos que se dão na empresa ao pessoal do ativo; saneamento nos quadros da empresa e abertura de inquérito para averiguação dos abusos sucedidos até ao presente; reunião da direção com os trabalhadores sendo permitido apresentar sugestões.<sup>27</sup>

Este tipo de pedido era irreal, (já que no final de maio o salário mínimo foi fixado em 3.300\$00) pois os trabalhadores pediam o aumento salarial para o dobro daquilo que eram pagos, assim como a reivindicação dos 13º e 14º mês, pois, nesta altura Portugal estava a ser vítima do choque petrolífero que causou uma enorme recessão económica.

Houve muitas reivindicações no que respeita aos salários, tanto no que tem a ver com aumento dos mesmos, como o estabelecimento de um salário mínimo, no entanto, nem em todos os casos essas reivindicações foram satisfeitas e, noutros, não

<sup>27</sup> BMP, *O Comércio do Porto*, 126.

há uma notícia esclarecedora no sentido de saber se foi aprovado ou rejeitado.

Muitas empresas, a nível de ordenado ainda, reivindicaram o subsídio de férias, o 13º mês, equivalente ao subsídio de Natal, e houve ainda trabalhadores que reivindicaram o 14º mês, embora em muito pouca quantidade e sem sucesso. (Anos antes, em 1969, uma das mais importantes medidas tomadas por Marcelo Caetano foi a implementação do pagamento do 13º mês, medida essa que acabou por ser esquecida com o passar dos anos).

Também a redução do horário de trabalho para 5 dias por semana, 8 horas por dia, logo 40 horas por semana, foi um pedido dos trabalhadores bastante recorrente no período estudado, assim como a discussão sobre a semana inglesa que consistia na jornada de trabalho de oito horas de segunda a sexta-feira e de quatro horas na manhã de sábado havendo, portanto, descanso no período de Sábado à tarde e o dia de domingo, totalizando 44 horas semanais de trabalho.

Houve muitas reivindicações em termos políticos, como o pedido de total liberdade sindical, liberdade de reunião e associação, extinção total da PIDE/DGS, liberdade imediata dos presos políticos, revisão da legislação sindical, possibilidade de criar um sindicato, entre outras.

Em termos económicos, também existiram muitas reivindicações tais como o estabelecimento de um salário mínimo e os pedidos de aumentos salariais como já foi referido anteriormente, as petições relativas ao 13º mês, o aumento do subsídio de alimentação, em caso de acidente de trabalho deve ser pago o vencimento integral, pagamento de horas extraordinárias.

A nível social, houve reivindicações como o fim à carestia de vida, apesar de ter sido reivindicado apenas duas vezes segundo a fonte, direito à greve, reforma do sistema de previdência e dos serviços médico-sociais e mínimo de 30 dias de férias.

Estes são apenas alguns exemplos do grande número de reivindicações distintas que foram ocorrendo nos meses que se seguiram à Revolução.

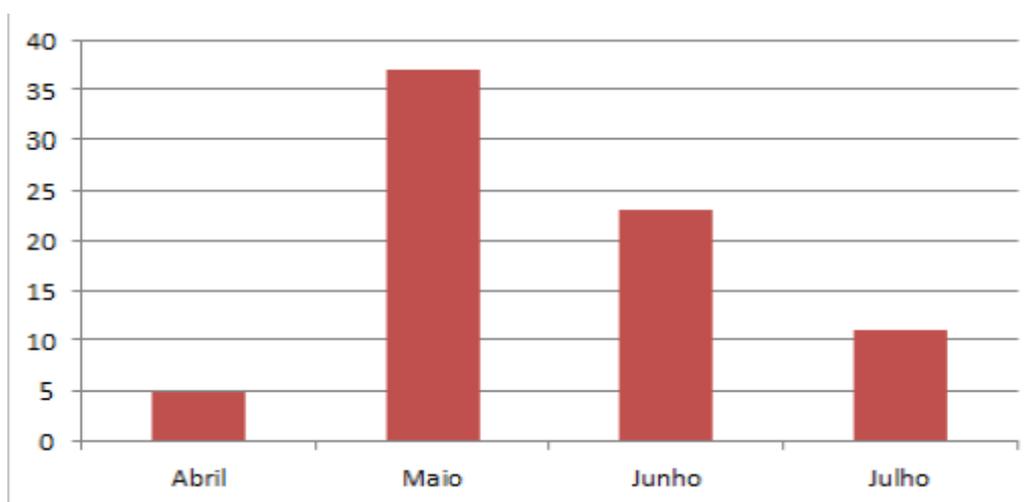
## **5. Assembleias e Reuniões**

Este tópico detém a maioria das notícias que foram encontradas durante esta pesquisa. Isso explica-se porque, por exemplo, as reuniões e assembleias de trabalhadores eram sempre agendadas no jornal em análise já que esta era a forma mais fácil e rápida de comunicação entre todos os trabalhadores e patronato, nesta época.

## 5.1. Reuniões

Segundo o periódico, desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho existem 80 notícias relativas a reuniões.

**Gráfico 2.** Número de Reuniões no Período Estudado



Fonte: BMP, *O Comércio do Porto*, abril a julho de 1974.

Começando por analisar os últimos dias do mês de abril, as notícias existentes são sete. Nestas sete reuniões, os principais assuntos discutidos têm na sua maioria como objetivo colocar a massa associativa a par da situação corrente dos respetivos sindicatos, discutir assuntos relacionados com a futura política sindical e também para eleger novos corpos gerentes.

Em maio, foram publicadas trinta e sete notícias de reuniões. Da mesma maneira que cresce o número de notícias, também se alargam os assuntos tratados, havendo agora uma maior diversidade. Em algumas reuniões continuam a ser tratados os temas já acima referidos, no entanto, mencionam-se novos motivos de reunião como, por exemplo, a eleição de uma comissão diretiva provisória para promover eleições num futuro próximo, há várias assembleias para aprovação das listas eleitorais, reuniões sobre as reivindicações (já feitas ou decidir as que seriam pertinentes fazer), houve também algumas reuniões que tiveram como objetivo propor a demissão da administração e direção que estava atualmente à frente dos sindicatos, os tais “saneamentos” também muito recorrentes nos meses a seguir à queda do regime fascista. A par destas reuniões, havia ainda um número bastante expressivo de marcação de reuniões onde apenas adiantavam que se iria tratar de assuntos de interesse para a classe trabalhadora. Por fim, poucas eras as notícias que referiam o

interesse dos sindicatos aderirem à União dos Sindicatos do Porto.

Em junho, diminui ligeiramente o número de notícias, sendo vinte e quatro. É notório ao longo deste mês um aumento relevante das assembleias eleitorais, assim como de pedidos de demissão dos corpos gerentes, como aconteceu no mês transato. Além destes (que são os temas principais do mês) há também notícias que dão já conhecimento de terem sido nomeadas novas comissões de trabalho e direções provisórias. Continuam a ser publicadas notícias como as referidas no mês de maio, tais como marcação de reuniões de interesse para toda a classe, demissão dos antigos corpos gerentes e eleição de novos, por exemplo.

Para terminar, nota-se, mais uma vez, uma queda do número de notícias, sendo apenas doze no mês de julho. Muitas das notícias, tal como nos meses anteriores, são reuniões com interesse para a classe, o que as torna muito pouco elucidativas. Começa a entrar-se numa nova fase, onde são discutidos novos assuntos que até então não tinham sido mencionados como a tentativa de resolver problemas de organização interna. Há muito menos notícias relativas a assembleias eleitorais e é notória uma dispersão dos assuntos tratados comparativamente com os meses anteriores.

Fazendo uma apreciação global, é visível que o surto de reuniões acontece entre os meses de maio e junho e neste momento os Sindicatos estão preocupados com a renovação interna, procedendo ao saneamento das direções de carácter corporativo com fim a serem sindicatos livres e mais autónomos, o que não acontecera até à data. Para além disto, o facto de em menos quatro meses existirem 76 notícias de reuniões de sindicatos na cidade do Porto revela a verdadeira liberdade que não existia anteriormente.

## **5.2. Eleições de Corpos Gerentes**

Dentro deste último ponto, a eleição de uma direção, há alguns assuntos que eram tratados nas reuniões e que se destacam dos demais. O pedido de eleição de corpos gerentes é um deles, sendo mencionado este tema em trinta e seis notícias das totais 236 que me foi possível consultar relativas ao tema principal desta investigação.

Algumas das notícias não são, ainda, para eleição de corpos gerentes, mas sim para nomear uma comissão provisória para dirigir o Sindicato até que haja eleições definitivas de novos corpos gerentes. Há também, outro tipo de notícia que visa apenas informar que os novos corpos gerentes eleitos recentemente irão tomar posse de determinado sindicato.

Outras ainda são notícias que dão a conhecer ao leitor a demissão de antigos corpos gerentes de um determinado sindicato e, de seguida, a eleição de uma comissão provisória.

Neste ponto, consegue ver-se a “pressa” que os trabalhadores tinham em remodelar os sindicatos e fazer esquecer o mais rapidamente possível os anos anteriores em que tinham estado sujeitos a uma forte repressão.

### **5.3. Apoio à Junta de Salvação Nacional**

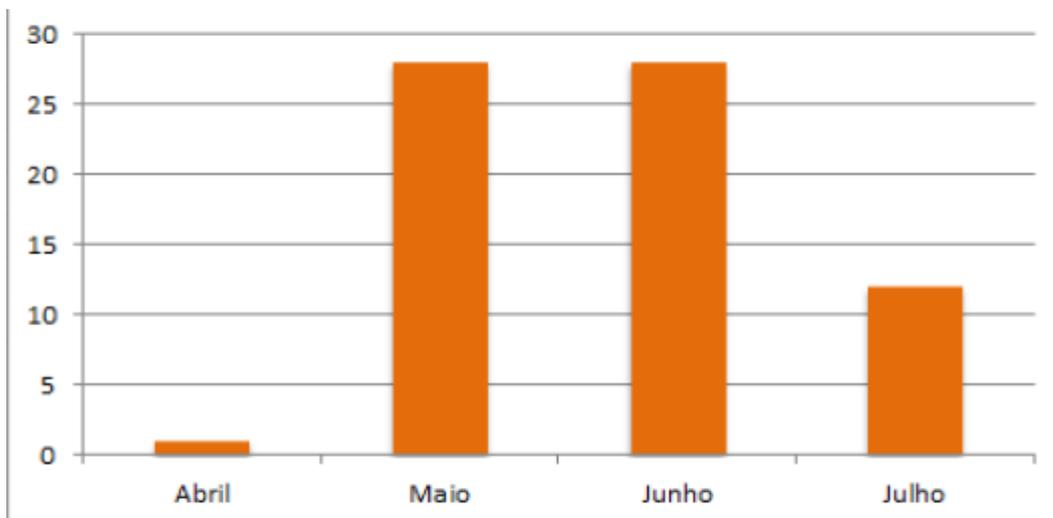
Referente ainda à análise feita da imprensa da época, houve nove notícias onde esteve explícito o manifesto de apoio aos princípios do programa da Junta de Salvação Nacional, mostrando o seu apoio e adesão na esperança que com a JSN ressurgisse a justiça social dos trabalhadores. Sindicatos como o Sindicato Nacional dos Despachantes do Distrito do Porto ou o Sindicato Nacional dos Profissionais das Indústrias de Moagem, Massas e Similares mostraram este mesmo apoio, entre outros.

Das nove notícias recolhidas, quatro pertencem ao mês de abril e as restantes cinco pertencem à primeira quinzena do mês de maio, sendo a última notícia do dia 15, curiosamente no mesmo dia em que foi nomeado o I Governo Provisório, que viria a tomar posse logo no dia seguinte.

### **5.4. Comunicados**

Para terminar o estudo, segundo o periódico *O Comércio do Porto*, desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho existe um total de sessenta e oito notícias que são comunicados para os trabalhadores. Na base destes comunicados estavam diversos motivos, sendo destes o mais recorrente a marcação de reuniões, praticamente 50% dessas notícias.

**Gráfico 3. Número de Comunicados**



Fonte: BMP, *O Comércio do Porto*, abril a julho de 1974.

Foi feita uma análise a nível mensal, isto é, foi estudado mês a mês cada um dos comunicados para dessa forma ser possível retirar uma conclusão da evolução dos assuntos abordados nestes comunicados.

Começando pelos últimos dias do mês de abril, apenas surgiu uma notícia, que tinha no seu conteúdo a marcação de uma Assembleia Magna do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito do Porto, cujo assunto era a discussão das linhas de atuação futura do sindicato.

No mês de maio, o número de notícias cresceu significativamente. Vinte e oito foi o número de comunicados que surgiram neste mês. O principal assunto dos comunicados era precisamente para marcar reuniões num futuro próximo. Outro dos assuntos que estava na base dos comunicados neste mês era manifestar o seu apoio à Junta de Salvação Nacional e, ainda, outras notícias comunicavam a alteração de direções, visto que muitas foram afastadas do poder pelo seu carácter corporativista.

Ainda no mês de maio, e focando um ponto mais relevante - as reivindicações - os comunicados também as mencionam de diferentes formas. Há notícias que comunicam que as reivindicações de determinado sindicato foram satisfeitas e, ainda, há notícias de sindicatos que antes de apresentarem oficialmente as suas reivindicações, aparecem no jornal apenas como reivindicações pretendidas, marcando uma reunião para discuti-las.

É de notar, no final do mês, uma notícia relativa às manobras fascistas do patronato. Apesar de ser um caso isolado neste mês, acaba por ser uma notícia

relevante na medida em que o patronato não obedecia à nova tabela de salários mínimos, despedia trabalhadores sem justa causa e tinham outras atitudes que contribuíam para o descontentamento da massa operária.

Em suma, no mês de maio os assuntos dos comunicados são muito variados, no entanto, das vinte e oito notícias que aparecem, doze são com o intuito de marcar reuniões ou assembleias gerais, o que é um número significativo.

No mês de junho, há novamente notícia de vinte e oito comunicados. Além dos assuntos tratados no mês anterior e que já aqui foram referidos, agora é notório um crescendo de notícias relativas à eleição de corpos gerentes. É neste mês que começam a estar disponíveis nas secretarias sindicais os cadernos de recenseamentos.

Nestes trinta dias a tendência mantém-se, sendo que dos vinte e oito comunicados, dezoito têm como objetivo marcar uma reunião.

Para terminar esta análise, no mês de julho decresce o número de notícias acerca de comunicados para doze. São, novamente, notícias para marcar reuniões, comunicados para proceder a eleições e, neste mês, voltam a existir duas notícias de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao I Governo Provisório, assunto este que já não era tocado em nenhuma publicação desde o dia 15 de maio.

Como se verifica, é inevitável fazer uma ligação entre os comunicados e as reuniões, visto que um grande número de comunicados se refere a reuniões.

O auge de publicações de comunicados ocorre entre os meses de maio e junho, sendo que diminui no mês de julho. Neste último mês as notícias dispersam-se em termos de conteúdo, são poucas e, ao mesmo tempo, com temas variados, o que torna inconclusiva a evolução existente nesse período e, ainda mais, na medida em que esta investigação termina precisamente neste mês e não tem termo de comparação com o trimestre que se seguia para analisar a evolução deste tipo de notícia.

## **6. Entidades Estudadas**

Este estudo incidiu não só sobre os sindicatos do distrito do Porto, mas também sobre as empresas desta cidade.

No que respeita às empresas, este ponto foi abordado superficialmente, porque tanto a fonte como a bibliografia mencionavam pouco a atuação de empresas no pós-25 de Abril. Na bibliografia estudada, mais concretamente no artigo *As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político* e no *País em Revolução* é visível que as principais empresas se

situavam na capital, existindo um número mais avultado de empresas no sul do país.

No ponto da dinâmica do movimento sindical, o periódico menciona a atividade de cinquenta e nove organizações sindicais no Porto em que se destacam algumas que serão faladas já de seguida, pelo número de vezes em que são mencionadas pela imprensa.

## **6.1. Principais Sindicatos**

À medida que esta análise foi desenvolvida, começou a perceber-se a ênfase que o periódico dava a alguns sindicatos que, nesta altura, estavam mais ativos e com mais vontade de mudar rapidamente as suas formas de atuar quando se viram libertos do Antigo Regime.

### **6.1.1. Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito do Porto**

No total, *O Comércio do Porto* dá conta da existência de vinte e sete notícias sobre este sindicato. No mês de maio há quatro referências. A primeira notícia relativa a este sindicato é do dia 1 de maio. Neste dia, os trabalhadores ocuparam o Sindicato dos Caixeiros e a direção do Sindicato foi destituída. Na sequência da reunião foi, ainda, apresentada uma proposta para eleger uma comissão diretiva provisória que promova eleições em breve. As restantes três notícias que aparecem relativas a este Sindicato são convocatórias para reuniões. Uma delas para tratar de diversos assuntos de interesse para a classe, outra para revogar o estatuto do Sindicato, para definir os princípios orientadores da eleição para os corpos gerentes e para aderirem à União dos Sindicatos do Porto. Convocou-se, ainda no mês de maio, os profissionais dos ramos de solas e cabedais para uma reunião de trabalho de interesse para a classe.

O mês de junho foi o que teve mais acontecimentos sobre este sindicato, tendo um total de catorze. A primeira data do dia 6 de junho e é uma convocação para uma reunião para resolução de problemas inerentes aos ramos de livraria, papelaria e artigos de escritório.

No dia seguinte, há de novo notícias sobre este sindicato em que se dá a informação de que a firma materna lançou ao desemprego sem justa causa as únicas duas empregadas de balcão, já com muitos anos de serviço. Reprova-se o procedimento de uma empresa tão rica e que carece de pessoal para substituir aquele que foi despedido. Logo de seguida, no dia 8 de junho, há outra notícia que remete para novos despedimentos. *“Umhas dezenas de caixeiros lançados ao desemprego”* é o seu

título. O número de caixeiros lançados ao desemprego atinge as três dezenas. Os motivos do despedimento variam de firma para firma, mas na maioria foi devido ao estabelecimento de um salário mínimo e a empresa não podia com tantos encargos. Estas são as duas únicas notícias relativas a despedimentos neste Sindicato.

A partir do dia 10 de junho terminam as notícias acerca do Sindicato Nacional dos Caixeiros e passa a haver notícias do Sindicato Livre dos Caixeiros. No entanto, não é dada qualquer informação no periódico que aponte para esta alteração sindical.

Neste mesmo dia, convoca-se uma reunião para todos os caixeiros do ramo de livraria, editores e distribuidores para discutir assuntos de interesse a toda a classe.

É visível que a partir do momento em que se fala em sindicatos livres, estes começam a ser separados por ramos. No dia 10 e no dia 13 há duas notícias: uma para os caixeiros do ramo de livraria, editores e distribuidores e outra para o ramo de armazenistas e importadores de lanifícios, respetivamente, onde são convocadas reuniões de interesse para a classe.

No dia 13 de junho, ainda, informa-se que o ramo de ótica vai encerrar ao Sábado.

No dia 15 de junho, há uma notícia relativa a uma assembleia eleitoral. A comissão diretiva vai proceder à primeira eleição livre dos Corpos Gerentes que vão gerir o destino do Sindicato. A ordem do dia é eleição dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 18 de junho, o Sindicato Livre dos Caixeiros (ramo de drogas, produtos químicos e farmacêuticos), são convocados para uma reunião de trabalho de interesse para a classe na quarta-feira.

No mesmo dia, os Caixeiros do ramo de ferro, ferragens e cutelarias são convocados para uma reunião de interesse para a classe, também na quarta-feira.

No dia 20 de junho, convoca-se uma reunião conjunta de profissionais dos ramos de camisaria, malhar, moda, vestuários e tecidos a fim de serem notificados os esclarecimentos e conclusões da comissão representativa em que teve com a comissão diretiva provisória do sindicato.

Ainda no mesmo dia, convocam-se os profissionais do ramo alimentar para uma reunião a realizar para discutir a semana inglesa e para nomear uma comissão de trabalhos.

No dia seguinte, é a vez de promover uma reunião de todos os profissionais do ramo alimentar para tratar de problemas relacionados com a semana inglesa

e nomear uma comissão de trabalho.

No dia 22, convocam-se todos os profissionais do ramo de papelaria e artigos de escritório para uma reunião de interesse para toda a classe.

A notícia seguinte aparece apenas no dia 2 de julho e é para a Comissão Diretiva do sindicato livre dos caixeiros convocar uma reunião do ramo de armazenistas e importadores de lanifícios para uma reunião de maior interesse para a classe. E ainda, a comissão executiva convocou também os profissionais de livraria, editores e distribuidores para uma reunião de interesse para a classe.

Ainda no mesmo dia, convoca-se uma reunião para os Caixeiros do ramo de bazares e perfumarias para uma reunião de interesse para toda a classe.

No dia 10 de julho convoca-se uma Assembleia Eleitoral para eleição dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 11, há uma notícia cujo conteúdo é o seguinte: vai-se eleger pela primeira vez neste sindicato, livre e democraticamente, os seus corpos gerentes.

No dia 12, há uma notícia de que se realizará um comício dos trabalhadores de apoio ao Contrato Coletivo de Trabalho e contra os despedimentos.

No dia 15 convocam-se todos os caixeiros do ramo de sapataria para tratar de assuntos referentes à classe, com a seguinte ordem de trabalhos: apresentação e discussão das reivindicações a apresentar pelos trabalhadores e eleição para substituir dois elementos da Comissão de Trabalho.

No dia 17 de julho, há uma notícia que tem a ver com a continuação da notícia de dia 11, onde diz que se realizou uma Assembleia Geral do Sindicato que, pela primeira vez, elegeu livre e democraticamente os Corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 26 de julho, há uma notícia onde se convocam todos os sócios interessados para uma reunião na Sede do Sindicato onde serão organizadas Comissões de Trabalho para as secções culturais e desportivas.

No mesmo dia, a comissão do ramo alimentar convida todos os trabalhadores para uma reunião com interesse para todos.

### **6.1.2. Sindicato Nacional dos Metalúrgicos do Distrito do Porto**

Ao todo, durante o período de tempo em estudo, existem trezes notícias referentes ao Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto, em que no mês de maio

existem sete, mais de metade do total.

A primeira notícia relativa a este sindicato aparece logo no dia 26 de abril e convoca uma reunião para o dia 10 de maio para falar das contas do exercício de 1973.

A notícia seguinte relativa a este sindicato é do dia 3 de maio e é uma convocatória para os trabalhadores metalúrgicos participarem numa reunião com o objetivo de tomar posição face aos acontecimentos atuais e retribuições do contrato coletivo de trabalho.

Após esta, há um período relativamente longo onde não são encontradas quaisquer notícias concernentes a este sindicato, sendo apenas convocada uma reunião no dia 20 para discussão as bases para uma associação livre. A entidade patronal estava a tentar construir um caminho de forma a poder enfrentar a organização dos trabalhadores que se consolida. Previa-se a redução de organismos base, isto é, evitar a proliferação de associações ou sindicatos patronais com o objetivo de conduzir a uma unidade e coesão.

Numa outra reunião, no dia 24 de maio, discutiu-se e debateu-se o contracto coletivo de trabalho (CCT) e o ponto mais controverso das reivindicações foi o do salário mínimo, pois os grémios recusaram-se a ir para além dos 4.500 escudos.

Logo no jornal seguinte, há uma nova publicação referente ao novo contrato de trabalho, sendo que os metalúrgicos e os empresários chegaram a acordo após estarem em negociações desde o dia 21.

Ficou acordado um horário de trabalho de 45 horas a partir do dia 1 de junho; quatro semanas de férias; um mês de subsídio de Natal; validade do contrato até 31 de dezembro de 1974; salário igual independentemente do sexo; tabela única para os metalúrgicos de todo o país; salário mínimo de 4.500\$00 para trabalhador indiferenciado.

No dia 30 de maio convocam-se os trabalhadores metalúrgicos para comparecerem numa assembleia geral extraordinária para falarem do CCT, das medidas a tomar face aos despedimentos e reorganização sindical.

No dia seguinte, surge um novo comunicado em que a direção do sindicato dos metalúrgicos alerta os trabalhadores metalúrgicos para algumas atitudes do patronato, por exemplo, a ameaça de alguns patrões de não pagarem segundo a nova tabela de salários mínimos, despedimentos e outras atitudes que possam vir a ser tomadas e que visam lançar o descontentamento e virar os trabalhadores contra a nova ordem democrática do movimento vitorioso do 25 de abril.

Em junho, a primeira notícia aparece no dia 5. A delegação dos metalúrgicos foi recebida pelo ministro do trabalho, a quem mostraram as suas preocupações pela situação do mercado de emprego do sector no Porto.

No mesmo dia, há uma nova notícia cujo título é: “*Elementos da direção do sindicato dos metalúrgicos impedidos de permanecerem nas instalações duma empresa*”. Em fase de despedimentos e ameaças, por parte dos patrões, que dizem que não vão pagar a nova tabela de vencimentos acordada, a direção do sindicato dos metalúrgicos do Porto contactou já com o Governo Provisório no sentido de serem tomadas medidas contra despedimentos sem justa causa.

Após mais de um mês de ausência de notícias acerca deste sindicato, no dia 10 de julho é publicado um comunicado para os trabalhadores deste sindicato onde se convoca uma reunião com a seguinte ordem de trabalhos: preparação do comício dos trabalhadores contra as manobras do patronato reacionário.

No dia 15 de julho surge uma notícia de uma grandiosa reunião contra as manobras do patronato. A direção do sindicato dos metalúrgicos do Porto promoveu uma jornada de solidariedade e de unidade da classe face à reação do patronato, usando a arma de despedimento e o não cumprimento do CCT.

### **6.1.3. Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito do Porto**

No total foram encontradas onze notícias sobre este Sindicato.

A primeira notícia é do dia 30 de abril e o título é *Electricistas do Porto Sugerem Revisão da Legislação Sindical*. As funções sindicais serão sempre de defesa dos interesses dos seus representados, solidarizam-se com todos os sindicatos tendo em vista a total liberdade sindical; o fim à carestia da vida; o aumento imediato de salários; a constituição de um salário mínimo a nível nacional; a redução do horário de trabalho; a revisão de toda a legislação sindical; reforma do sistema de Previdência e dos Serviços Médico-Sociais do País.

A notícia seguinte é do dia 5 de maio e é um comunicado que diz que a comissão diretiva constituída em Assembleia Geral saúda todas as forças militares e populares que tornaram possível o renascimento do povo; solidariza-se com as forças sindicais progressistas; haverá eleição de novos corpos gerentes para o SNEDP (Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito do Porto) em breve; convoca uma assembleia geral para a aprovação das listas eleitorais; todas as listas aprovadas terão as despesas de campanha pagas; solicita aos associados que atualizem as suas residências e

regularizem as quotizações.

No dia 8 de Maio há outra notícia em que se dá conta da existência de uma reunião em que os eletricitistas do «STCP» apresentaram algumas reivindicações: revogação imediata do decreto de lei nº 196/72 e a revisão de toda a atual legislação de trabalho; contrato de âmbito nacional dos trabalhos eletricitistas; salário mínimo nacional no valor de 6.000\$00; salário anual equivalente a 15 meses; eliminação de todas as terceiras categorias, passando esse pessoal para segunda categoria; redução do horário de trabalho para 40 horas semanais; em caso de acidente de trabalho ou doença, deve ser pago ao trabalhador o vencimento integral; aposentação aos 60 anos com garantia das pensões anualmente revistas; redução de categorias ao ponto de se conseguir uma maior equiparação; total equiparação entre o pessoal administrativo e técnico; Criação de delegados do pessoal que tratarão dos problemas dos colegas junto da direção.

No dia 15 de maio há uma convocatória da comissão diretiva para a uma assembleia geral extraordinária.

A notícia seguinte aparece apenas no dia 13 de junho e é uma convocatória para os associados reunirem em Assembleia Geral com a seguinte ordem de trabalhos: informação sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão Diretiva; discussão e aprovação do regulamento a adotar na próxima assembleia eleitoral para os corpos gerentes do sindicato e eleição da comissão prevista no regulamento a aprovar.

No dia 22 de junho é publicado um esclarecimento: esclarece-se que as diuturnidades incidem sobre o salário recebido pelos eletricitistas e é contado todo o tempo que os mesmos têm ao serviço da firma. São assim devidas aos eletricitistas as diuturnidades correspondentes, desde 1 de julho de 1972, data da entrada em vigor do respetivo contracto.

Logo no primeiro dia de julho aparece uma notícia que dá informações sobre as candidaturas de eleições dos corpos gerentes, sendo que, estas eleições realizar-se-iam no dia 20 de julho.

No dia 12 há um comunicado a informar que vão haver eleições dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976, como já se tinha apercebido na notícia do dia 1 de julho.

## **7. Papel da Intersindical**

Após terem sido proibidas, as reuniões da intersindical começaram em

meados de 1972. Retomam a análise dos aspetos mais gravosos da legislação laboral, mantendo os sindicatos em ação conjunta de protesto.<sup>28</sup>

As reuniões intersindicais, sempre prosseguidas em regime de semiclandestinidade, continuaram a constituir o principal esteio da organização do associativismo e do trabalho até ao 25 de abril.

As ligações entre os sindicatos representativos e o movimento operário e a Intersindical em geral tinham criado estruturas e procedimentos eficazes de solidariedade e organização.

Como o próprio nome indica, a Intersindical é uma organização sindicalista independente que procura zelar pelos interesses dos trabalhadores em Portugal, baseada no princípio que orientam as chamadas “associações de classe” desde 1894. O movimento iniciou-se em 1970 quando foi convocada a primeira reunião das direções de sindicatos. Nesta, discutiram-se aspetos relacionados com os direitos dos trabalhadores, como a liberdade de reunião e a censura, numa época em que vigorava o Estado Novo, assim como o horário laboral.

No ano seguinte, o direito à greve e à livre negociação, a par da liberdade dos sindicatos foram plasmados num documento denominado “Programa Básico da Intersindical”, aprovado a 21 de março. A Intersindical participou na aniquilação do corporativismo após a Revolução de abril de 1974 e, em maio, organizou a estratégia a ser aplicada ao movimento sindical naqueles tempos, com vocação democrática e de união e coordenação dos trabalhadores.<sup>29</sup>

Após a operação “Fim de Regime”, a Intersindical publicou um “Primeiro Comunicado aos Trabalhadores” aprovado logo no dia 26 de abril onde se formularam 14 reivindicações imediatas fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores:

1. Primeiro de maio como feriado;
2. Total liberdade Sindical;
3. Que sejam repostas as liberdades individuais do povo português;
4. Fim à carestia de vida;
5. Aumento imediato do salário e instituição do salário mínimo nacional;
6. Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em cinco dias;
7. Reintegração no seu local de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua atividade sindical;
8. Liberdade de reunião e associação;
9. Imprensa completamente livre – responsabilidade das redações na orientação das publicações;
10. Administração de

---

<sup>28</sup> Barreto, “A Formação”, 223.

<sup>29</sup> “CGTP-IN”, *Infopédia* (Porto: Porto Editora, 2003-2014). Acedido em 11 de maio de 2014. [http://www.infopedia.pt/\\$cgtp-in](http://www.infopedia.pt/$cgtp-in)

previndência exclusivamente pelos trabalhadores; 11. Federação em organismos internacionais sindicais; 12. Direito à greve; 13. Extinção total da PIDE/DGS e julgamento público dos seus membros; 14. Liberdade imediata de todos os presos políticos.<sup>30</sup>

O primeiro comunicado da Intersindical no pós-25 de abril foi aprovado no dia 10 de Maio e concentra-se na ideia de que a estratégia sindical deve basear-se na organização sólida dos trabalhadores, tomando em conta que todas as organizações e iniciativas que digam especial e diretamente respeito aos trabalhadores deverão passar ao controlo das suas organizações de classe e, por outro lado, impondo a negociação direta entre os trabalhadores e os patrões, sem interferências da administração pública. Também já ficam algumas alusões ao possível aproveitamento feito por oportunistas que fazem o jogo da reação.

Um segundo comunicado com a mesma data diz que se deve proceder prioritariamente às eleições dos delegados sindicais nas empresas porque *“a força de qualquer organização sindical de nível superior é dependente da força das organizações da base”*.<sup>31</sup>

Perante a evolução ao longo do mês de maio, o comunicado do dia 22 é inteiramente dedicado a um panorama onde surgem palavras de ordem como saneamento, salário mínimo e diminuição de horários. As massas trabalhadoras, empurradas por demagogos e oportunistas, são postas perante as recusas do patronato que, entretanto, esfrega as mãos, pois são criadas condições para os *Lock-Out* e greves, absolutamente inúteis e causadoras do caos económico.

No dia 1 de junho houve uma convocatória para uma manifestação em que a intersindical constata que elementos oportunistas atiraram os trabalhadores para um tipo de ação que, objetivamente, está a servir as forças necessárias, que estão interessadas em aproveitar a anarquia e o caos económico para quebrar a unidade da classe trabalhadora e a aliança desta com o Movimento das Forças Armadas.

## **Conclusão**

Esta investigação permite tirar conclusões de carácter diversificado.

A primeira parte adquiriu um maior carácter de contextualização, apresentando as principais mudanças no imediato pós-25 de abril no mundo do trabalho, dando especial

---

<sup>30</sup> Barreto, “A Formação”, 223-224.

<sup>31</sup> Barreto, “A Formação”, 229.

foco à cidade do Porto. Na segunda parte, onde foi realizada a análise do jornal *O Comércio do Porto*, está explícito o surto de movimentações que existe, naturalmente, no pós-25 de abril, isto é, a intrínseca e imediata vontade de mudar toda a realidade desde há muitos anos, principalmente no que respeita às miseráveis condições laborais, entre salários muito baixos e demasiadas horas diárias de trabalho. Claro está que a amostra deste jornal é muito pequena em comparação ao número de greves que existiu.

Outra realidade que fica bem traçada com esta investigação é o número significativo de reuniões que se deu logo nos meses seguintes à Revolução, o que antes seria impossível pois não existia liberdade de reunião (uma das 14 reivindicações apresentadas pela Intersindical) e de associação com o propósito de “defender e promover a defesa dos direitos e interesses socioprofissionais dos trabalhadores que representam”.<sup>32</sup> Estas reuniões punham a tónica na formulação de cadernos reivindicativos e na demissão das direções de carácter corporativo. Este facto deu origem a outro ponto também focado neste trabalho – as eleições de novos corpos gerentes ou para comissões sindicais, que seria uma organização de delegados sindicais, eleita democraticamente, agora que já havia total liberdade sindical.

Contudo, e como já foi dito ao longo do texto, outras formas de luta que seriam evidentes, não foram tanto assim na informação retirada da análise da fonte. É importante salientar a falta de menção que existe relativamente a manifestações e greves. É um facto que estas existiram e é verdade que foi num número considerável e não aconteciam esporadicamente, porém a fonte não revelou o mesmo. Talvez o jornal *O Comércio do Porto* optava por não dar tanto ênfase a esse tipo de movimentação, ou, por outro lado, as greves e manifestações ocorriam na sua grande maioria na capital e este facto afastava-se da realidade do jornal, deixando este de dar importância ao tema, embora, como já foi referido nas páginas anteriores, tenha havido um aumento das manifestações no mês de julho que poderia ter tido continuidade nos meses seguintes. Porém, esta investigação não permitiu ir mais longe, mas como trabalhos posteriores seria interessante fazer esta análise durante um período maior de tempo, por exemplo, desde abril a dezembro de 1974, visto que neste trabalho ainda não dá para perceber muitos dos resultados das greves, das manifestações e da apresentação de cadernos reivindicativos. Poderia ser proveitoso, ainda, fazer uma comparação do pré e pós-25 de abril para se ter uma maior noção das alterações e no fundo saber o que existia antes em termos laborais na cidade do Porto e naquilo que se veio a transformar depois.

---

<sup>32</sup> *Lei Sindical*. Acedido em 6 de junho de 2014. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol26>

## Fontes

### Impressas

- O Comércio do Porto*. 9 de maio de 1974. Número 126.  
*O Comércio do Porto*. 10 de maio de 1974. Número 127.  
*O Comércio do Porto*. 17 de maio de 1974. Número 134.  
*O Comércio do Porto*. 13 de junho de 1974. Número 10.  
*O Comércio do Porto*. 19 de junho de 1974. Número 15.  
*O Comércio do Porto*. 20 de junho de 1974. Número 16.  
*O Comércio do Porto*. 21 de junho de 1974. Número 17.  
*O Comércio do Porto*. 22 de junho de 1974. Número 18  
*O Comércio do Porto*. 24 de junho de 1974. Número 19.  
*O Comércio do Porto*. 10 de julho de 1974. Número 32.  
*O Comércio do Porto*. 25 de julho de 1974. Número 47.  
*O Comércio do Porto*. 26 de julho de 1974. Número 48.  
*O Comércio do Porto*. 27 de julho de 1974. Número 49.

### Bibliografia

- Barreto, António. “Revolução de 25 de Abril de 1974”. Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (dirs.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2000. Volume 9.
- Baptista, António Alçada. *Conversas com Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Moraes, 1977.
- Barreto, José. *A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal. (1968-1990)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa, 1991.
- Brito, José Maria Brandão. *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- Lucena, Manuel (ed.). *A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo*. Lisboa: P&R, 1976. Volume. 2.
- Marques, Hélder Miguel. “O Movimento Sindical Durante o Estado Novo: Estado Atual da Investigação”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, (2007): 299-316.  
Acedido em 1 de agosto de 2016.  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3359.pdf>
- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal – O Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998. Volume 7.

- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal – Portugal em Transe*. Lisboa: Estampa, 2001. Volume 8.
- Rodrigues, Francisco Martins. *Abril Traído*. Lisboa: Dinossauro, 1999.
- Sá, Victor de. *Formação do Movimento Operário Português: Memória de Uma Reprovação*. Coimbra: Centelha, 1978.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos; Lima, Marinús Pires de e Ferreira, Vítor Matias. “As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político.” *Análise Social*, 42-43 (1975): 266-335.
- Silva, Manuel Carvalho da. *Agir Contra a Corrente: Reflexões de um Sindicalista*. Porto: Campo das Letras, 2002.
- Stoleroff, Alan; Naumann Reinhard. “As Maiores Organizações Sindicais em Portugal: Um Quarto de Século.” *IV Congresso Português de Sociologia* (n.p.). Acedido em 24 julho 2016.  
[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dcc8100016\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcc8100016_1.pdf)